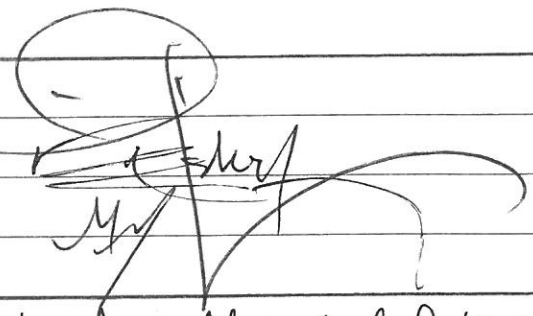
termos legais.
O Presidente:
O Vice-Presidente:
O Secretário:



Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dez horas e trinta minutos teve lugar na sede da Federação Portuguesa de Voleibol (FPV), no Auditório Fernando Jorge Araújo de Barros, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Voleibol, dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

A mesa da Assembleia Geral foi constituída por José Manuel Araújo de Barros (Presidente) e Maria de Lurdes Cunha Antunes Lopes (Secretária).

Em representação da Associação de Voleibol do Porto, estiveram presentes os Delegados Ricardo Jorge Fernandes Marques Ferreira, Fernando Ricardo Pallares Ferreira, Pedro Manuel Pereira Azinheira, Paulo Sérgio Baptista Cunha; da Associação de Voleibol de Lisboa, Paulo António Rebordão Pires Gonçalves e Pedro Miguel de Medeiros Sant'Ana Trifuentes; da Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve, Diogo Abel dos Santos, Nicole Cristina Guerreiro Peluna e António Manuel Guerreiro Peluna; da Associação de Voleibol de São Miguel, Hélio Jónis Aguiar Ormonde, Emanuel Norberto Lourenço S. Cordeiro; da Associação de Voleibol de Braga, João Miguel de Oliveira Costa Peixe; da Associação de Voleibol da Guarda, Nuno Ricardo Dias Lemos e Ricardo Alexandre Gonçalves Ferreira; da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Francisco Paulo Severino Moniz de Oliveira e Margarida de Fátima Pessoa Pires; da Associação de Voleibol da Madeira, Edgar Garrido Gouveia e Rui Lugero Gonçalves; da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, Luís André Almeida Alves Magalhães e Rui Manuel Paulo Soares; da Associação de Voleibol da Ilha de Santa Maria, Augusto Mendonça e Vitor Bairos; da Associação de Desportos de Ilha do Faial, Francisco Botelho e Sara Cristina Nunes Pires; da Associação de Voleibol da Ilha do Pico, Laura Cristina Azevedo Dora e Rute de Fátima Cordeiro Covas Aço; da Associação de

Voleibol de Leiria, Catarina Isabel Nogueira Teles e Bruno Miguel Rodrigues Sequeira; da Associação Nacional de Árbitros de Voleibol Manuel Domingos Fernandes Tavares, Diogo da Rocha Geraldes, Sofia Rodrigues da Costa e Nuno João Machado Simões Maia.

A Direção da Federação Portuguesa de Voleibol esteve representada pelo Presidente, Álvaro Agostinho Fernandes Lopes, Vice-Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo e pelos Diretores Armando Manuel de Oliveira Rocha, Mário Nuno Ribeiro Serena, Nuno Henrique Formigal Nunes e Mário Martins de Oliveira. Também estiveram presentes o Secretário-Geral, Teodemiro de Carvalho, o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, o Economista da FPV, João Nuno Ferreira, o Diretor Técnico Nacional, Leonel Boaventura Salgueiro, o responsável pelo departamento de formação, Carlos Manuel Prata Fernandes Pereira e Marcelino Tavares do Conselho de Arbitragem.

Antes de se iniciarem os trabalhos, procedeu-se à verificação dos delegados presentes e à confirmação do número de votos: trinta e um. Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à discussão e votação da Acta da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia e cinco do mês de Março de dois mil e dezassete, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em seguida, abriu as inscrições para o período antes da ordem do dia. Inscreveu-se o delegado da Associação Nacional de Árbitros de Voleibol (Anavol), Diogo Geraldes e sendo-lhe dada a palavra pelo Presidente da Mesa, de imediato iniciou a sua intervenção referindo que o Voleibol é considerado um desporto para a família, que por essa razão é fundamental pensar presentivamente e procurar resolver o problema da segurança e da violência, tido como transversal no Desporto e na Sociedade. Disse ainda que, de acordo com a proposta já apresentada à Direção da FPV, sugeria a criação de uma comissão auxiliar que permita um acompanhamento eficaz.

O Vice-Presidente da FPV, Vicente Araújo, enfatizou que a FPV está atenta e que o Voleibol ainda é um desporto onde as famílias podem ir ver os jogos com tranquilidade. Agradeceu

a intervenção e as ideias apresentadas, referiu que todas careceu de análise e ponderação, dentro daquilo que já existe, daquilo que são obrigações legais que esta Federação cumpre integralmente e sobretudo daquilo que não pode, em nenhum momento, corresponder a uma má técnica legislativa, seja por repetição de normativos, seja por incoerência sistemática de todos os normativos sobre a matéria.

Na verdade a Federação Portuguesa de Voleibol conta atualmente, com:

a) Um Regulamento de Disciplina.

b) Um Regulamento de Prevenção e Punição de Manifestações de Violência no Voleibol.

c) Um Regulamento das Normas Relativas ao Policiamento de Espetáculos Desportivos de Voleibol, onde implementou a figura do responsável de segurança, agora apresentado nesta proposta.

Foi, aliás, preocupação enérgica desta Federação, para além de ter em toda a sua regulamentação o conjunto de normativos emanados da vulgarmente designada Lei da Violência (Lei nº 39/2009), implementar bem como articular a figura do sobredito Responsável de Segurança (com competências fixadas nos termos do Regulamento em vigor), quer articulando toda a regulamentação e sanções mais pesadas como a interdição de recinto desportivo e realização de espetáculo desportivo à porta fechada.

Realce, ainda, para o facto de estar em curso alteração ao Regulamento de Disciplina da FIV para a próxima época desportiva, que permitirá agilizar não só as punições, como permitir que haja lugar a sanções disciplinares pela violação de todos os deveres regulamentares expressos noutros regulamentos que não o Regulamento de Disciplina, para além da possibilidade de em processo sumário poder haver logo punições de algumas infrações cometidas pelo público, sem necessidade de processo disciplinar.

Por fim, destacam-se e registam-se as boas intenções mas que, no limite, não podem consubstanciar ilegalidades. Não é a uma Comissão de Acompanhamento que caberá definir o que são jogos de risco elevado, nos termos legais em vigor.

Serão nomeados Delegados Técnicos para os jogos do Campeonato Nacional da I Divisão de Seniores masculinos e femininos.

MX

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao ponto único da ordem de trabalhos, conforme estabelecido na convocatória da Assembleia – Apreciação e Votação do Orçamento e Plano de Actividades Anual da Federação Portuguesa de Voleibol para o ano de dois mil e dezoito e seguidamente, passou a palavra à Direcção.

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, Vicente Araújo que mencionou que o Plano era ambicioso e que ia exigir muitos esforços de todos.

Referiu que o Ano de 2018, nada será mais fácil, apesar de uma evolução positiva do País, pois sabemos que no âmbito económico-financeiro iremos enfrentar dificuldades, devido à limitação de meios orçamentais e de investimento, dado que as empresas e os patrocinadores, além do próprio Estado, irão continuar a gerir com prudência os seus recursos e apoios.

No que respeita às Selecções Nacionais, salientou a participação na Golden European League e qualificação no Campeonato da Europa das Selecções de Seniores Masculina e Feminina, contando ainda que os mesmos venham, pela primeira vez, a participar nos Jogos do Mediterrâneo em Junho de 2018. Quanto às selecções jovens, U18 e U17 masculina e feminina respectivamente participarão, em Janeiro de 2018, na fase de qualificação para apuramento do Campeonato da Europa. O mesmo acontecerá com as Selecções U20 e U19 mas em Abril de 2018.

Referiu as várias actividades respeitantes ao Voleibol de Praia:

a) Circuito Nacional - continuar a apostar na sua imagem de forma a permitir encontrar mais sponsors para o mesmo.

b) Circuito Nacional de Giro Praia - teve grande adesão e sucesso (Houve etapas com a participação de mais de 150 Jogos), continuar a sua implementação em parceria com as Associações Regionais.

c) A realização, com a colaboração da Câmara Municipal de Espinho e FIVB, de uma prova "4 estrelas" inserida no Circuito Mundial (World Tour) para Seniores masculinos e femininos.

d) A participação da Selecção U19 feminina na Final do Campeonato da Europa para apuramento dos Jogos Olímpicos da Juventude, bem como das Selecções U18, U20 e U22, Masculina e Feminina nas fases

finais Europeias.

d) A actividade da Jupla Gabriela Coelho / Vanessa Paquete, com treinos Bi-Diários e ao ar livre, independentemente das condições climatéricas, e que conquistaram um honroso terceiro lugar num torneio internacional em Bilbau - Espanha.

Referiu também às varias actividades respeitantes ao Giro-Vólei e Caixa +, afirmando que para aumentar a sua actividade, só será possível e conseguido com a colaboração de todos os Associações Regionais e seus Directores Técnicos.

Fez referência à actividade de Volei TV e à continuação da parceria com os canais televisivos do Sport TV e "A Bola TV".

No respeitante aos Campeonatos Nacionais, sublinhou a necessidade de melhorar, ainda mais, a imagem dos mesmos, tendo ainda dito que as fases Finais dos Campeonatos Nacionais dos Escalões de Formação continuam a contar com a colaboração das Associações Regionais, no sentido de manter a qualidade organizativa.

Quanto à formação, informou que para além dos cursos de árbitros e treinadores, está previsto um curso de Grau II para Treinadores, bem como acções de Formação para Dirigentes e no âmbito da Ética Desportiva.

Referiu ainda que a Federação:

a) Irá continuar a apoiar a implementação do ParaVolei, mesmo que não venha a ter apoios, tal como aconteceu em 2017.

b) No âmbito da comunicação continuará a trabalhar no sentido de aumentar a sua visibilidade.

c) Continuará a apoiar a Comissão de Arbitragem para que a mesma continua a desenvolver o seu trabalho.

d) Através do seu departamento de informática, trabalhar no sentido de melhorar as inscrições On-line e tornar mais célere a apresentação de resultados de jogos.

e) Continuará a apoiar as Associações Regionais com uma verba calculada em função do que está regulamentado e apoiar projectos que estejam integrados com os projectos federativos.

f) tem intenção de continuar, com criatividade e inovação, a dinamizar, com o apoio das Associações e outras Entidades, novas parcerias

institucionais e empresariais.

Por fim, referiu que planear é tornar visível o nosso percurso e as nossas ideias de modo que o mesmo possa ser partilhado e concretizado. Para tal, iremos trabalhar numa Direcção e Administração eficaz em termos de gestão desportiva e de negócios, aliada a uma eficiente gestão financeira, baseada em 4 pilares:

a) Valores – Profissionalismo (incluindo o respeito pela ética e por práticas equitativas do ponto de vista do género), sentido Comercial (Parcerias, empresas e autarquias, sponsorizações) e Autonomia (Procura de recursos próprios de fonte variadas);

b) Estratégias – Capacidade de definições dos mesmos, evolução, prioridade de sua aplicação e focalização, bem como um auto-investimento na sua concretização;

c) Pessoas – Da equipa dirigente aos quadros técnicos e funcionários, à formação e comunicação das ideias e objectivos;

d) Processos – De responsabilidades, de transparência e tecnológicos.

Quanto às contas, dos resultam do Plano. Verifica-se um aumento no orçamento global, que tem a haver, essencialmente, com a organização em Portugal de uma etapa do "World Tour", bem como de outros torneios internacionais a terem lugar em Portugal, sem esquecer a participação das Selecções Nacionais absolutas no Golden European League.

Terminou, afirmando que o Orçamento foi feito com muito rigor e que espelha as actividades a realizar, ficando à disposição de qualquer dúvida que os presentes queiram apresentar.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de novo o período de inscrições, informando os delegados que a Direcção da FPV, no fim das intervenções, esclareceria as questões formuladas.

Inscreveram-se os seguintes delegados: Sara Cristina Nunes Pires, delegada da Associação de Desportos da Ilha do Faial, Sofia Rodrigues da Costa, delegada da ANAVOL e Emanuel Norberto Lourenço S. Pereira, delegado da Associação de Voleibol de S. Miguel.

A Delegada Sara Pires referiu que ainda existem, nos Açores, Associações sem Director Técnico Regional e que a sua Associação nunca foi apoiada pela Federação Portuguesa de Voleibol.

A Delegada Sofia Costa manifestou o seu contentamento por a Federação Portuguesa de Voleibol reconhecer que há falta de árbitros e assinalou a necessidade de se continuar a apostar na realização de mais cursos para árbitros e de compreender quais as causas que levam ao abandono por parte dos mesmos.

Por fim, Emanuel Cardeiro, delegado da Associação do S. Miguel, aplaudiu e audacidade do Orçamento. Agradeceu e congratulou-se pelo crescimento nas receitas.

O Vice-Presidente respondeu a todos os intervenientes. Começou por esclarecer que a FPV apoia todas as Associações Regionais da mesma maneira independentemente de serem continentais ou insulares. Que a FPV pagou, até Novembro de 2014, todos os duodécimos à AJIF, não tendo pago o mês de Dezembro desse Ano pois não foram prestadas contas. Tendo-lhes sido enviado o contrato para 2015, o mesmo nunca chegou de volta à FPV.

Informou que a AJIF será apoiada pela Federação, como são todas as Associações, se forem entregues documentos que provem que o dinheiro que lhes é entregue seja gasto com o Voleibol.

Quanto à falta de árbitros e à necessidade de mais cursos de formação, esclareceu que muitas pessoas fazem os cursos mas que não continuam a exercer as funções de árbitros. A Federação está empenhada em formar um corpo de treinadores e em perceber a razão do abandono dos árbitros.

Vicente Araújo esclareceu ainda as questões colocadas pelo delegado Emanuel Cardeiro.

Concluída a apreciação, discussão e prestação de esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação o Orçamento e Plano de Actividade Anual da Federação Portuguesa de Voleibol para o Ano de dois mil e dezoito, o qual foi aprovado por unanimidade pelos presentes.

A Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, bem como a Mesa da Assembleia Geral desejou a todos os presentes e seus familiares Votos de Boas Festas e de um Próspero Ano de 2018, dando o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de seguida, por encerrados os trabalhos, mandando lavrar o presente Acta que, depois de

Lida e aprovada, foi ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

A Secretária: Maria de Lourdes Lucas Antunes Lopes